

RECURSO ESPECIAL Nº 1.865.354 - RS (2019/0162494-4)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : SÉRGIO MACHADO TERRA - RJ080468
WILLIE CUNHA MENDES TAVARES - RJ092060
DIOGO MORADOR BRASIL - RS063428
CARLOS ALBERTO BARATA SILVA NETO - RS076596
HUMBERTO BRUNO BARBIERI NADER - RJ200691
DANIEL FORTES AGUILERA CAMPOS - RJ222399
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Telefônica Brasil S.A., com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 1.109):

DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL CARACTERIZADA EM RAZÃO DA FALTA DE SINAL NA REGIÃO DA RECOSTA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA.

Preliminares de nulidade da sentença, de incompetência da Justiça Estadual para julgar esta ação, de ausência de interesse de agir e de cerceamento de defesa rejeitadas.

Provado o defeito na prestação do serviço por parte da ré, conforme se vê do conjunto probatório, consistente na falta de sinal de telefonia móvel na região da Recosta, localizada no Município de São Francisco de Paula, atingindo vários consumidores que dependiam do serviço de telefone celular, a manutenção da sentença que julgou procedentes os pedidos é medida que se impõe.

Danos morais e materiais provados, passam a ser devidos na forma estabelecida pela sentença, mormente considerando que eles ocorreram de forma coletiva.

Preliminares rejeitadas e apelação desprovida.

Nas razões do especial, a insurgente alega violação dos arts. 330 e 370, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 2015 (CPC/2015), sustentando que foi inviabilizada a produção de provas, o que acarretou no cerceamento do direito de defesa.

Aponta malferimento do art. 8º da Lei n. 9.472/1997, por entender ser necessário que a Anatel participe do feito.

Sustenta que não cabe obrigar-lhe a prestar as atividades em áreas rurais sob pena de contrariedade ao art. 19, I, X, XI, XII, XIV, da Lei Geral de Telecomunicações.

Parecer do Ministério Público Federal pelo não provimento do recurso especial (e-STJ, fls. 1.268-1.281).

É o relatório.

Relativamente à ocorrência de cerceamento de defesa, o Tribunal de origem consignou (e-STJ, fl. 1.119):

Do cerceamento de defesa.

A preliminar merece ser rejeitada, uma vez que inocorreu cerceamento de defesa, na medida em que, à fl. 653, a apelante referiu que não tem mais provas a produzir, condicionando tal produção se o juízo a quo tivesse dúvidas a sobre: "(i) a ausência de responsabilidade na região da Recosta (ii) ao cumprimento dos rigorosos índices estipuladas pela ANATEL, a Telefônica requer a V. Exa. que determine a expedição de ofício ao aludido órgão regulador para confirmar que (a) a operadora 01 S.A. é a única responsável pela região da Recosta e (b) que os serviços da ré em São Francisco de Paula estão dentro dos padrões de qualidade." Logo, inexistindo dúvidas, nada impedia que o juízo monocrático julgasse a presente demanda no estado em que ela se encontrava.

Além disso, na audiência de instrução não postulou a realização de outras provas, tanto é que as partes restaram intimadas para apresentarem memoriais em substituição aos debates orais (fl. 868), deixando a recorrente, em suas alegações finais, de fazer qualquer menção sobre a falta de produção de provas (fls. 881/880).

Da leitura do julgado combatido, deduz-se que a Corte local estabeleceu orientação com base nas provas dos autos. Desse modo, a modificação do entendimento firmado pelas instâncias ordinárias demandaria o reexame do acervo probatório dos autos, desiderato incompatível com a via especial, conforme teor da Súmula 7 do STJ.

Ademais, cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar sua necessidade. Assim, tendo em vista o princípio do livre convencimento motivado, não há cerceamento de defesa quando, em decisão fundamentada, o juiz indefere produção de prova, seja ela testemunhal, pericial ou documental.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL. ART. 1022 DO CPC/2015. CONTRADIÇÃO. OFENSA NÃO CONFIGURADA. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO PROBATÓRIA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM ANCORADO NO SUBSTRATO FÁTICO DOS AUTOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. No tocante ao tema da proporção dos honorários de sucumbência, não

cabe falar em ofensa ao art. 1022 do CPC/2015. Isso porque, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a contradição sanável por meio dos embargos de declaração é aquela interna ao julgado embargado - por exemplo, a incompatibilidade entre a fundamentação e o dispositivo da própria decisão. Em outras palavras, o parâmetro da contrariedade não pode ser externo, como outro acórdão, ato normativo ou prova.

2. No caso em exame, o dispositivo do acórdão embargado está em perfeita consonância com a fundamentação que lhe antecede. Portanto, não há contradição interna a ser sanada.

3. Conforme a legislação de regência, cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar sua necessidade. Assim, tendo em vista o princípio do livre convencimento motivado, não há cerceamento de defesa quando, em decisão fundamentada, o juiz indefere produção de prova, seja ela testemunhal, pericial ou documental.

4. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada nas razões recursais, de modo a se chegar à conclusão de que seria necessária a produção da prova pericial requerida pela parte agravante, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, a teor do óbice previsto na Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.224.070/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 4/10/2019)

No tocante à inclusão da Anatel no polo passivo da demanda, o apelo não comporta provimento. Esta Corte Superior possui firme entendimento de que a inclusão da Anatel ocorre quando se discute o poder regulador daquele órgão, o que não é o caso dos autos.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EMPRESA DE TELEFONIA. MÁ QUALIDADE DOS SERVIÇOS. OMISSÃO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PRELIMINARES DE CONTINÊNCIA E DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. SÚMULA 7/STJ. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO DA ANATEL NÃO CONFIGURADO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS. SÚMULA 735/STF. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ART. 6º, VIII, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. FATOS NOTÓRIOS. ART. 374, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REEXAME DE PROVAS.

1. Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública em favor de consumidores pobres, por conta da péssima qualidade e da deficiência dos serviços de telefonia móvel e internet prestados pela TIM na cidade de Parauapebas, Estado do Pará. Aduz a Defensoria que "a qualidade dos serviços que presta na cidade continua ruim, fato este notório que prescinde de prova". Segunda a decisão de primeiro grau, ao conceder a liminar, "é público e notório, especialmente nesses últimos dias, que o serviço tem sido

prestado de forma precária, com falhas de tal forma que os consumidores não têm nem mesmo conseguido efetuar ligações".

[...]

4. No que concerne à suposta afronta aos arts. 47 do CPC/1973, 8º e 19, X, XI, XVIII, da Lei 9.472/1997, relativamente ao litisconsórcio passivo necessário com a Anatel, o apelo deve ser rechaçado. Segundo consta do acórdão recorrido, a ação discute a irregularidade (deficiência) dos serviços prestados pela concessionária do serviço de telefonia, não havendo menção a qualquer influência concreta e específica do poder regulador daquele órgão. Precedente: AgRg no CC 120.783/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 30/5/2012.

5. [...]

(REsp 1.790.814/PA, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 19/6/2019 – grifos acrescentados)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONSUMIDOR. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SERVIÇO PÚBLICO DE TELEFONIA. VIOLAÇÃO AO ARTS. 131, 165, 458, E 535 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE. ANATEL. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. INEXISTÊNCIA NO CASO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA A DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO EM DISPOSITIVO LEGAL APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. *ASTREINTE*. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO. SÚMULA N. 7/STJ. INCIDÊNCIA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

[...]

IV - Esta Corte tem orientação consolidada segundo a qual não há que se falar em inclusão da ANATEL na lide, na condição de litisconsorte passivo necessário, quando a demanda não atinge a sua órbita jurídica, situação essa que comumente ocorre nos casos envolvendo relações de consumo.

[...]

(AgInt no REsp 1.708.225/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 7/12/2018)

Por fim, o Tribunal de origem, com suporte no acervo probatório, consignou que a recorrente não informou aos consumidores, no momento da aquisição do serviço, que, na referida região, não poderiam utilizar os aparelhos celulares em razão da falta de sinal no local (e-STJ, fls. 1.122-1.123):

Verifica-se pela análise do Inquérito Civil nº 00882.00088/2014, que embasa a presente ação, que ele foi instaurado em razão de deficiência na prestação do serviço de telefonia móvel oferecido pela ré na localidade da Recosta, sendo que esta localiza-se a apenas 10 km da sede do Município de São Francisco de Paula.

Com efeito, os elementos carreados para os autos provam que consumidores da localidade da Recosta, após adquirirem o produto ofertado pela ré, ora apelante, não puderam utilizar os seus aparelhos celulares em face da falta de sinal na referida região, conforme se vê do abaixo-assinado de fl. 53 dos autos, sendo que as faturas telefônicas de fls. 82/83 e de fls. 86/92, que estão em nome da ré, comprovam a aquisição do serviço por ela fornecido.

Contudo, inexistente prova nos autos de que a ré, quando do oferecimento do serviço, tenha informado os consumidores da deficiência no sinal, infringindo, assim, o disposto no art. 6º, III, do CDC.

Dessa forma, não merece guarida a alegação da recorrente no sentido de ser da responsabilidade da 01 S/A a expansão dos serviços de telefonia móvel nas zonas rurais do Estado. E isso porque, a prevalecer essa linha de entendimento, então os adquirentes de linhas de telefonia móvel deveriam ter sido alertados a respeito, sendo que inexistente nenhuma prova a esse respeito. Ademais, não é crível que, pessoas que moram a cerca de 10km da sede do município não consigam utilizar os seus aparelhos móveis. De considerar, ainda, que, ao adquirir uma linha telefônica, o consumidor submete-se a um cadastro, onde declina o seu endereço. E é nessa ocasião que a representante da ré deveria então tê-los esclarecido de que não poderiam utilizar os seus celulares na região onde moram. Contudo, nenhum alerta a esse respeito consta dos autos de que os prepostos da demandada tenham feito aos adquirentes de linhas móveis, residentes na Recosta.

Logo, o documento de fl.72, oriundo da ANATEL, não se presta para excluir a responsabilidade da ré. (grifos acrescentados)

Da leitura do acórdão recorrido, infere-se que o Tribunal de origem, novamente, firmou seu entendimento com base nas provas dos autos, assim, a revisão do julgado implica o imprescindível reexame das provas constantes dos autos, o que é defeso em recurso especial, em face do que preceitua a Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Og Fernandes
Relator